

TRADUÇÃO

O RETORNO DA ÁGORA

ANGELO D'ORSI*

Tradução
Regina Célia da Silva**

O perigo da liberdade moderna é que, absorvidos pelo prazer da nossa independência privada e na busca de nossos interesses especiais, podemos renunciar muito facilmente ao nosso direito de participar do poder político.

Não nos faltam depositários da autoridade para nos exortar a isso. Estão tão dispostos a nos poupar de todo tipo de sofrimento, com exceção daquele de obedecer e de pagar! Eles nos dirão: qual é no fundo o escopo dos esforços de vocês, o motivo do trabalho de vocês, o objeto de todas as esperanças de vocês? Não é a felicidade? Então, deixem por nossa conta e nós a daremos a vocês. Não, Senhores, não deixamos por conta de vocês, por mais comovente que possa ser um interesse tão delicado, pedimos encarecidamente à autoridade para que permaneça em seus limites. Limite-se a ser justa, nós nos encarregaremos de ser felizes.

Poderíamos ser felizes se nossos prazeres estivessem separados das garantias? E onde encontraríamos essas garantias, se renunciássemos à liberdade política?

No célebre discurso *Sobre a liberdade dos antigos comparada à dos modernos*, feito em Paris em 1819, Benjamin Constant, um dos pais do liberalismo moderno, ferrenho teórico da liberdade individual, fervoroso apoiador do sistema representativo, exortava para que a importância da dimensão política na existência dos indivíduos não fosse esquecida, mas também para que o controle das operações da classe política fosse exercido diretamente através da participação da *ágora*. Acrescentando, não substituindo, à “liberdade dos antigos” – a liberdade política, da participação na *ágora*, das deliberações comuns sobre a vida da cidade – a liberdade dos modernos, a soma de desejos e necessidades que nos induzem a “cuidar da nossa vida”, a liberdade de escolher uma roupa ou uma fé religiosa, um livro ou um jornal, de viajar, de decidir os nossos comportamentos particulares em todos os planos, desinteressando-nos da dimensão coletiva. Além disso, o cavalheiro suíço Constant, no início do século XIX, exortava para que não se esquecesse o quanto era essencial dar uma finalidade mais nobre à nossa passagem sobre a Terra. Uma finalidade que não pode se reduzir à mera satisfação das pulsões e paixões, embora chamemos isso em alto e bom som de “felicidade”. Essa finalidade só pode ser o “bem comum.”

Um século e meio mais tarde, um desconhecido jovem italiano de dezenove anos, Giacomo Ulivi, na véspera de seu fuzilamento, após ter sido torturado pelos algozes nazi-fascistas, escrevia:

Todos os dias nos disseram que a política é trabalho para “especialistas” (...). Acreditem em mim: a coisa pública somos nós mesmos. (...). Justamente por isso temos que cuidar dela diretamente, pessoalmente, como o nosso trabalho mais delicado e importante.¹

Não é por acaso que a democracia – termo e conceito – nasce no mesmo momento histórico no qual nasce a “política”, na Grécia antiga, naquela civilização que gerou a Europa, seu nome, e o mito que nos deu origem, até a de hoje, à qual a Europa deu as costas, descuidando e desdenhando a hereditariedade recebida. A democracia ateniense era uma falsa democracia, certamente, mas dela advém um ensinamento. O que nos interessa é o modelo de um poder que nasce do povo, de uma forma de governo baseada na igualdade entre as pessoas que estão sob seu poder, e que contribuíram para elaborar o sistema das leis, segundo uma definição que muitos séculos depois daria Jean-Jacques Rousseau, não por acaso grande admirador das antigas repúblicas.² Um sistema democrático no qual cada cidadão, unindo-se aos demais, e renunciando por princípio a uma fatia da própria liberdade, na verdade, obedece a si mesmo e permanece, por isso, livre. O próprio Rousseau, além disso, consciente do engano da democracia de uma *polis* na qual um punhado de pessoas administrava a coisa pública, gozando de plena liberdade, enquanto aos outros – semi-cidadãos, escravos ou mulheres... – restava apenas a liberdade da obediência, e a mesma *ágora*, o mesmo no espaço da *polis*, assistia, na verdade, a uma participação limitada dos cidadãos que tinham direito de participar dela. Mas o modelo permanece formidável e sugestivo.³

A democracia direta, aquela da *ágora*: obviamente hoje seria impraticável, em termos absolutos (uma praça que contenha 60 milhões de italianos? Ou 180 milhões de brasileiros? Ou bilhão e 200 milhões de chineses? Mas não apenas por razões logísticas. De certa forma, parecemos condenados à democracia representativa, mesmo quando os mecanismos parecem iníquos, confusos e desordenados, como certas leis eleitorais (na Itália, mas também, por exemplo, nos Estados Unidos). Estamos condenados a ceder o nosso direito de participar, de dizer a nossa opinião, de propor soluções para os problemas coletivos, de

denunciar disfunções, erros, corrupção, crimes dos governantes? Essa renúncia não seria trágica se nas nossas democracias funcionassem perfeitamente duas instituições, uma formal – o Poder Judiciário, a Magistratura – e uma substancial – a opinião pública, ou seja, a imprensa, a mídia em geral, e hoje, o gigantesco instrumento da Rede, especialmente das Redes Sociais. Ou seja, diante dos riscos da decadência do Poder Legislativo, seja por ineficiência própria, seja pela deslegitimação a que é submetido por parte da mídia e pela pressão do Poder Executivo, que tende a esmagá-lo até torná-lo supérfluo, devem funcionar perfeitamente o Terceiro e o Quarto Poder, ou seja, eles precisam ser absolutamente independentes e livres. Mas hoje não é assim, ou é assim apenas, às vezes, e é pouco de um lado a outro do Atlântico, no extremo Norte ou no Sul do Mediterrâneo, em muitos países cujos sistemas políticos são declarados “democráticos”, mas nos quais as tentativas de enjaular o poder judiciário e de controlar o poder da informação, são evidentes. A crise da democracia, chamada de várias formas, implica a crise da representação. O despertar dos povos, a chamada “primavera” que, na realidade, durou muito mais tempo que uma estação, é um retorno à *ágora*, uma revanche da “Praça” sobre o “Palácio”, uma demonstração de que, em todo tipo de sistema político, a cidadania pode reivindicar o direito, não escrito, mas real, de “fazer política” diretamente; de um lado, para lembrar a democracia de seus princípios autênticos e de seus valores esquecidos, nos países europeus, ou de matriz européia; de outro lado, para pedir que esses sejam introduzidos onde foram cancelados ou nunca aplicados, como nos regimes do Oriente Médio.

Por isso, o retorno da Praça, o retorno da *agorà*, diferente e talvez distante, das instituições, às vezes, contrária a essas, é um fato relevante sob todos os pontos de vista. No Maghreb, nos Estados Unidos, na Espanha, na Grécia, na Itália, na Turquia, e, agora, no Brasil. Foi

justamente a Praça, com a repentina reapropriação da ação política por parte das “pessoas comuns”, indivíduos isolados ou grupos organizados (mas quase nunca militantes nos partidos) que despertam o “Palácio”, suscitando nele inquietação, e, às vezes, obrigando a classe política a mudar a rota, ou, pelo menos, a levar em conta instâncias provenientes da praça. Na Itália, os quatro referendos de junho de 2011, as “primárias” da Centro-esquerda entre 2011 e 2012, e as sucessivas vitórias em eleições administrativas, as grandes manifestações de – antes de mais nada por parte das mulheres, falou-se da “praça rosa” – e das ações difusas na Itália do Movimento *No Tav*, no Piemonte (e em parte também os movimentos *No Ponte* e *No Muos*, na Sicília, *No Dal Molin* no Veneto etc.), talvez o primeiro verdadeiro movimento *Glocal* italiano, que mostrou o significado geral e até universal de uma batalha que apenas aparentemente expressa a “síndrome Nimby”, mas que, ao contrário, é um exemplo de participação de massa na defesa do meio ambiente e até mesmo dos princípios da boa economia de valor nacional e supranacional;⁴ mas sobretudo o surgimento de novos movimentos de protesto, a consolidação, através da praça física e daquela virtual de um fenômeno que pode agradar ou não, como o Movimento *5 Stelle*, criado por um ator cômico, Beppe Grillo, que chegou inopinadamente a resultados eleitorais impressionantes, o crescimento exponencial das redes sociais e a proliferação de programas de rádio e televisão de *infotainment*, ou de *talk show* de conteúdo social e político, e outros mais.⁵ Uma multiplicidade de movimentos semi-espontâneos animaram a vida social na Itália nos últimos anos, contra as aplicações locais de leis draconianas impostas pela macroeconomia euro-atlântica: o protesto dos estudantes universitários (chamado “A Onda”), as inúmeras manifestações contra Silvio Berlusconi, ou as ações de apoio à magistratura, por sua vez objeto de constantes ataques por parte de Berlusconi, dos seus subordinados, dos seus jornais, dos seus canais de

televisão; a batalha acirrada contra a energia nuclear, ou pela tutela dos “bens comuns”,⁶ ou seja, o caráter público das empresas de transporte locais, da distribuição da energia, e sobretudo da água, todas questões sobre as quais o poder, sem distinção entre Direita e Esquerda (uma Esquerda já curvada à vontade da Direita), tinha sido obstáculo, recebendo uma fragorosa derrota.

Essas batalhas revitalizaram, ainda na Itália, o instrumento do referendo, que estava bem desacreditado; tanto que se falou de “democracia referendária”, ou seja, uma reapropriação da ação direta por parte da cidadania, em nome da proteção dos interesses coletivos, entre os quais, ocupam um lugar de honra os bens negligenciados, como o ambiente, a paisagem, o patrimônio artístico e cultural.

O poder institucional e uma grande parte da mídia, sentenciaram inicialmente que aquela praça não é política de verdade, que é “outra coisa”, “outra coisa” perigosa, ou, pelo menos, a ser observada com desconfiança. E no debate político e jornalístico, não é de hoje, fala-se de “Praça” em contraposição a “Palácio”. Na história, são infinitos os exemplos da “praça”. Exemplos de participação direta na vida da *polis*, de pressão sobre as instituições a fim de que escutem as exigências dos cidadãos; mas são exemplos também de movimentos do povo, que podem desembocar em insurreições e rebeliões. Escrevia um pensador revolucionário, um antifascista, que Mussolini mandará matar um grande italiano, mas também cosmopolita, Carlo Rosselli, em 1930:

Bastaria que uma noite, na saída, o grupo de operários de um grande estabelecimento apenas se pusesse em colunas e se dirigisse para o centro da cidade, decidido a acabar com a história, para que o fascismo fosse linquidado. Por que isso não se deu? Porque os operários se sentem isolados, dispersos, sem confiança. Quase todos foram atingidos individualmente e vivem sob o império do terror ou na mais supina resignação. Se tivessem apenas um momento de consciência da força que representam unidos, a vitória já estaria nas mãos deles.⁷

Estava-se em pleno fascismo, situação muito diferente do nosso tempo, embora as analogias não nos escapem. E mesmo hoje vemos tantas pessoas, não apenas operários e operárias, sem confiança, dispersas, isoladas; mas vemos também momentos de revolta, às vezes, de verdadeiras insurreições e sempre de ação direta de massa, do movimento *Occupy*, multidões dos *indignados*, até às ruas de muitos Países de America Latina, e até às praças do Oriente Médio e do Norte da África, onde no entanto, é difícil para um europeu ou um americano, compreender o que de fato está acontecendo, em nome ora da “democracia”, ora do Islam mais “puro” e intransigente. Diante desses fenômenos difusos temos que nos perguntar: a praça pode ser ainda um lugar de renascimento da cidadania autêntica? O meio que cancela os tiranos, o moto de mudança social? Mas pode também ser o lugar da intolerância, da demagogia; a platéia de flautistas mágicos que conduzem à catástrofe, e também, o ponto de partida de verdadeiras contra-revoluções, embora ninguém possa retirar das praças o papel das mais autênticas protagonistas das revoluções.

O potencial da praça é enorme, embora nem sempre esta se traduza em vitória. No entanto, a sua força parece irresistível, mesmo em suas derrotas, como aquela sofrida por mais de cem milhões, que foram à praça, em uma centena de cidades do mundo, em 15 de fevereiro de 2003, contra a guerra que se anunciava no Iraque por parte de George W. Bush, guerra que depois foi empreendida pelos angloamericanos, com as conseqüências que conhecemos e que até agora veem aquela terra reduzida a cinzas. Enfim, a derrota não pára a praça e no fundo a reforça, dentro de certos limites, estimulando uma criatividade totalmente desconhecida para as formas de ação direta do passado mesmo recente. O *flash mob*, que por sua vez se expressa, conforme o princípio da mais ampla inventiva, as ocupações relâmpago e aquelas permanentes, os bloqueios de estradas e ferrovias, as invasões nas sedes

do poder financeiro e político, as “brincadeira de roda”, os “carrosséis”, as escaladas às chaminés das fábricas ou às torres de controle, auto-acorrentamento nas portas das empresas, as aulas de professores em greve, ao ar livre. Ações algumas vezes no limite da legalidade, outras vezes além daqueles limites, mas, em geral, não-violentas, muitas vezes coloridas, espetaculares, musicais, sorridentes. Os músculos que a praça mostra não são sempre bíceps e tríceps, mas o orbicular, o risório, o masseter, ou seja, aqueles músculos que regulam o movimento dos lábios que chamamos sorriso, um sorriso que, às vezes, rompe também a máscara de dureza do “tira”, mas os recursos da não-violência pareceram fracos em relação à sequência de uma situação de crise generalizada, que parece não querer ter fim, e que já sabemos todos ter sido provocada pelos grandes centros financeiros, a partir dos Estados Unidos. Certamente não é casual que por alguns meses o alvo de tantos momentos de protesto, tenha sido, pelo menos no mundo ocidental, o capitalismo financeiro, e seus centros ocultos, seus líderes desconhecidos. O banco, a bolsa, as agências de *rating*, tornaram-se aos olhos da maior parte da opinião pública os lúgubres urubus que ameaçam o povos.

A crise, com a certeza da sua origem, e, portanto, das suas responsabilidades, constituiu o pavio sempre aceso nas praças de tantos Países do mundo. O protesto se torna raiva, e a raiva se expressa na violência. Seja revolta, ou revolução, ou pura raiva, trata-se de um resultado inevitável. E no entanto, a praça, o primeiro lugar, é o momento do pedido de escuta por parte do cidadão em relação ao poder. “Ir à praça” significa fazer política, implica uma reapropriação da política genuína, de baixo, de “política participada”.

O novo protagonismo das massas, em muitas praças do mundo, olhando bem, expressa um duplo compromisso. De um lado, o pedido de democracia, especialmente no Norte da África e no Oriente Médio,

na Grécia e no Brasil, ou seja, transparência nos processos decisórios de poder, em respeito das minorias, observância da separação dos poderes, liberdade de informação. Do outro, essencialmente nos países europeus e na América do Norte, defesa do *welfare state*, posto sob ataque já há anos, na nova fase da globalização:⁸ globalização da miséria, que sucedeu e avançou após a globalização da riqueza.⁹ Justamente a nova conexão permanente fácil entre indivíduos, comunidades e países, se por um lado aumentou as esperanças, as ilusões, as aspirações, do outro, mostrou de forma mais evidente a desigualdade, fazendo, sim, que essa, sobre aquele palco transnacional, se transformasse no mais odioso dos espetáculos. A partir dessa fase da globalização nasceu, portanto, uma nova resistência.¹⁰ A defesa do ambiente, a luta contra a guerra como sistema internacional e permanente, a denúncia da corrupção política, junto à batalha para derrotar, ou pelo menos, reduzir as desigualdades, constituem os traços de fundo comuns desta mobilização, que parece não poder ser apagada, mas, ao mesmo tempo, parece incapaz de ir além da ocupação dos lugares simbólicos do poder.

Portanto as praças são as massas, mas são também os pequenos grupos difusos. As praças são as multidões potentes e são as massas anônimas. As praças são as infinitas *ágora* nas quais os habitantes das *polis* decidem se tornar cidadãos no pleno sentido do termo. São, portanto, as praças o lugar da cidadania por antonomásia. Certo, na democracia liberal, os cidadãos valem *uti singuli*, ou seja, na sua singularidade, como indivíduos dotados de razão, responsáveis. A massa enquanto tal não tem um lugar nem um papel, importa o Parlamento, a instituição por excelência, onde os representantes do povo podem livremente discutir, e votar. A “democracia” é o “governo do povo”, mas o povo entendido como soma daqueles indivíduos, não como *multitudo*, “os muitos sem regras”, uma “potência” subversiva, tomada, por exemplos, nos anos recentes por teóricos como Toni Negri. Na democracia liberal apenas a

“praça” é parlamentar; na praça das multidões como notava Norberto Bobbio, na realidade, não se delibera (se incita a deliberar em um certo sentido, ou se protesta contra deliberações já tomadas), e na praça não contam os indivíduos, mas apenas a massa. A praça por si mesma anula as diferenças (todos erguem os mesmos cartazes e gritam as mesmas palavras) e é antidemocrática, enquanto quem não estiver de acordo com a massa não pode expressar a própria opinião livremente.¹¹ Naturalmente a praça de Roma ou de Barcellona não é a mesma do Cairo ou de Túnis. A violência estrutural, ligada ao contexto político do Maghreb, de ditaduras ferozes ou de regimes fortemente autoritários, expressa uma necessidade imediata, quase física, de libertação, enquanto nas cidades européias ou norte-americanas, onde de qualquer forma, existem regimes democráticos (ou melhores, já “pós-democráticos”)¹² a violência assume um caráter episódico; há situações intermediárias, como por exemplo em Atenas, onde nas infinitas manifestações populares na praça Syntagma,¹³ no meio das “multidões sem norma”, mas unificadas pelo desespero social, além de núcleos organizados, muitas vezes foram os indivíduos a agir, mesmo com gestos extremos, destruidores, nihilistas ou derrotistas. A violência pareceu mais que um desabafo de raiva, o único meio para chamar a atenção; a destruição como meio para ganhar as páginas da mídia, mais que instrumento de interesse político, se não, é preciso esclarecer, por certos setores da extrema direita, grupos declaradamente neonazistas, que conseguiram chegar ao Parlamento, suscitando, enfim, as preocupações da Europa, que parece cada vez mais rachada em duas macro-regiões, centro-setentrional e meridional. Sobre tudo esta segunda, a Europa mediterrânea, aparece mergulhada em uma situação de crise social e política de solução muito difícil, aberta a toda possibilidade de desfecho, negativo ou positivo. Mas certamente esta Europa parece, às vezes mais próxima da Líbia e da Tunísia que da Baviera ou da Carínia.

Nas outras praças do continente, os fenômenos de violência, embora recorrentes (em outubro de 2012 muitas regiões de Roma foram quase colocadas a ferro e fogo pelos participantes de uma manifestação política antigovernamental), representaram fenômenos marginais, no entanto, são capazes de chamar a atenção da mídia pronta para levantar palavras de condenação, em uma generalização que simplifica a complexidade dos problemas até impedir-lhes, por isso protesto igual a violência e violência igual a “antipolítica”. A praça, portanto, no vocabulário corrente de jornalistas e comentaristas tornou-se o lugar da recusa da política, e, através de deslocamentos semânticos, o lugar da violência gratuita, ou selvagem, que se opõe à racionalidade da política. O *polemos* intestino contra a *politikà*. Mas não será talvez política a ação em praça?

O povo dos *Indignados*, mobilizados ou reanimados pelo grito de batalha lançado pelo velho antifascista francês poucos anos antes de morrer, Stéphane Hessel: *Indignez-vous!*, representa a maior novidade da praça onde se faz política dos últimos anos, e que não é “antipolítica”, mas sim, política em estado puro, necessidade e vontade de participar da *ágora*. O fenômeno em cadeia das ocupações dos lugares símbolo do poder – econômico, financeiro, político, midiático – está diretamente ligado ao movimento internacional dos indignados. Ao longo do tempo, no mesmo ritmo da sua difusão, ele se dissolveu, perdendo um pouco do seu caráter de contraste absoluto contra a realidade dada, contra a realidade das ditaduras norte-africanas, por um lado, e contra a realidade da ditadura do capitalismo financeiro, por outro. Tornou-se, por alguns aspectos, uma moda. Uma das últimas manifestações registradas na Itália, com *Occupy PD*, de constatação (muito moderada) no interior do Partito Democratico, pelas suas concessões ao adversário. Se não é uma brincadeira, é pouco mais que isso. Uma espécie de indignação pilotada,

controlada, e facilmente governável por parte dos vértices do partido; mas simbolicamente teve seu significado.

De resto, mesmo sobre os *Indignados*, houve equívocos e simplificações por parte dos intérpretes e comentadores, mas também superestima. *Indignados* não são simplesmente aqueles que vão à praça, justamente, para gritar a sua indignação, mas também levar reivindicações concretas, para fazer propostas de forma coral, muitas vezes após longos, às vezes longuíssimos discursos, mediações difíceis, deliberações autenticamente democráticas, mas às vezes tardias, e por isso, ineficazes. Muitas vezes nem mesmo se chega à deliberação, devido ao respeito da diversidade das opiniões. Uma das observações que se pode fazer aos *Indignados* espanhóis é justamente permitir uma discussão às vezes inervante, muitas vezes sem conclusão, antes de deliberar, deliberando adiar a deliberação. De resto, esse é o preço da democracia em assembléia, e da ideia, derivada de Rousseau, que ao longo da assembléia, emerge a “vontade geral”, que misteriosa e milagrosamente interpreta a alma da sociedade. Faltou na ação dos indignados sobretudo a solução política, a capacidade de distinguir entre os adversários e dividi-los, conseguindo, no entanto, muito mais unificá-los em um bloco político e social capaz de não apenas resistir mas de vencer.

Mas as praças, observando bem, exceto quando explodem na ação devastante e criativa da revolução, são um antídoto contra a violência dos indivíduos. Não é casual que as grandes organizações de massa como os sindicatos tenham desempenhado sempre um papel importante para disciplinar as massas, evitando ações imprudentes e fora do controle. A praça sindical, representa portanto, tradicionalmente, o espaço quase reservado dos trabalhadores, que defendendo seus próprios interesses, na realidade identificam um interesse geral e o perseguem, em benefício da coletividade. Aquelas praças estão hoje, portanto, reduzidas, muitas vezes, à pura simbologia, ineficaz representação de sujeitos que

pedem mas não são capazes de obter, que protestam mas não têm força de chegar a um resultado, e que, inevitavelmente, chegam a compromissos de pouco peso para as classes proletárias representadas.

Tudo isso, incluindo a violência, remete a uma realidade bem conhecida historicamente, e no entanto hoje a praça parece exercer um papel novo, a sua força atrativa e também expansiva representa um aquecimento das forças institucionais. Ou seja, daquelas ações, daquelas palavras, daquelas iniciativas que não são fruto de uma secretaria de partido, de uma entrevista de um líder a um jornalista, de uma reunião dos “vértices”. A praça, no fundo, é a base. Claro, existe a praça manipulada, a praça sem consciência, a praça do demagogo e a do tirano. A praça Venezia, na Roma fascista, repleta de corpos, com braços estendidos na chamada "saudação romana", com gritos ritmados, com louvor sob o comando do duce, é uma dos mais inquietantes ícones do nosso tempo. Outras praças, na Europa entre as duas guerras, de Moscou a Berlim, a Madri nos devolvem a mesma sensação de desconforto. Mas a praça talvez seja hoje também a única esperança, de mudança e de justiça. A praça física, mas também a praça virtual, com as infinitas potencialidades da Rede: lugar de ligação, instrumento de organização, alarme para a ação direta. Mesmo se a virtualidade ao final deva dar lugar ao físico. Mesmo um guru de internet, como Beppe Grillo, criador e líder carismático do Movimento *5 Stelle* na Itália, associou à sua presença na rede uma presença física, fortíssima pelo número de intervenções e pela sua eficácia comunicativa, em centenas de praças italianas. Mesmo Grillo, todavia, como Mussolini, ou Hitler, ou outros no século XX, é um exemplo de neolidernaça populista: o chefe estabelece uma relação com a massa, com atitudes carismáticas, que encantam o “povo”, composto de fiéis de um culto, mais que militantes de uma ideia política. Ao final, a praça volta a ser um lugar urbano onde os corpos se unem e se tornam um corpo político unitário, com as

limitações e riscos que isso representa, mas com uma energia que não pode ser igualada a nada.

Enfim, existe um grande “povo do silêncio”, aqueles que não vão à praça, e que alimentam sua raiva sem dar a ela um desabafo público, em uma existência que não apenas a crise financeira internacional, mas a própria história torna dia após dia mais cansativa, muitas vezes dolorosa, sem esperança. São eles os verdadeiros *Indignados*, as pessoas caladas e, muitas vezes, sem consciência, aquelas que, nesse compasso, se a crise financeira continuar a atingir seletivamente – agravando a condição das classes subalternas, poupando uma parte das classes médio-altas, e enriquecendo posteriormente as classes dominantes –; se as injustiças, a iniquidade, contra tantos “deserdados da terra”, para lembrar a obra-manifesto de Frantz Fanon, um dos primeiros a dar voz a quem não tinha. Uma enorme quantidade de raiva social corre o risco de não encontrar êxito em formas organizadas, capaz de traduzir a indignação em ações políticas, em vez de invadir as sedes de governos locais, queimando os arquivos, segundo as tradições canônicas da *jacquerie*, cujos atores além disso, se pressionavam para ir além, estripando os “senhores”, invadindo e saqueando seus lares; gestos que voltaram nos dias de hoje, mesmo no coração de uma “civilização ocidental” hoje assustadoramente em declínio. A política serve também para impedir esses riscos e de transformar sociedades inteiras em um panorama de escombros.

Notas

* Professor titular da Universidade de Turim. Comentarista em vários jornais e publicações impressas e digitais e em programas de rádio e televisão. Presidente da Fundação Luigi Salvatorelli, concebeu e dirige o FestivalStoria (VIII Edição em 2012) e a revista “Historia Magistra” (desde 2009, editor FrancoAngeli, Milão). E-mail: angelo.dorsi@unito.it.

* Professorora de italiano do Centro de Ensino de Línguas da Unicamp. Fez diversas traduções de textos em várias áreas: filosofia da linguagem, literatura, educação, crítica literária e da cultura. É doutora em Linguística Aplicada pela UNICAMP. E-mail: reginacsunicamp@gmail.com

¹ Cit. in P. D'ARCAIS, Flores. *Democrazia! Libertà privata e libertà in rivolta*, Turim. Add Editore, 2012.

² Refiro-me obviamente a J. J. Rousseau, *Le contrat social* (1762).

³ Cfr. D. Musti, *Demokratia. Origini di un'idea*, Laterza, Roma-Bari 1999; L. Canfora, *Democrazia. Storia di una ideologia*, Laterza, Roma-Bari 2004.

⁴ Cfr. L. Caruso, *Il territorio della politica. La nuova partecipazione di massa nei movimenti No Tav e No Dal Molin*, FrancoAngeli, Milano 2010; A. Algostino, *Democrazia, rappresentanza, partecipazione: il caso del movimento No TAV*, Jovene, Napoli 2011.

⁵ Cfr. o instant book *Te la do io l'Italia. Grillismo, istruzioni per l'uso*, Il Fatto Quotidiano, Roma 2012; e a análise mais aprofundada de R. Biorcio, P. Natale, *Politica a 5 stelle. Idee, storia e strategia del movimento di Beppe Grillo*, Feltrinelli, Milano 2013. Ambos os livros foram publicados antes da eleição de 24-25 fevereiro que deu um enorme êxito para M5S.

⁶ Para o conceito: U. Mattei, *Manifesto dei Beni Comuni*, Laterza, Roma-Bari 2011.

⁷ *Agli operai delle fabbriche*, in «Giustizia e Libertà» (Paris), 1930, in :C. Rosselli, *Scritti economici sul fascismo*, org. M. Furiozzi, Lacaita, Manduria 2004, pp. 33-37.

⁸ Cfr. M. Ferrera, *Reconstructing the welfare state in Southern Europe*, in S. Kunhe (ed.), *Survival of the European Welfare State*, Sage, London 2000, pp. 166-81.

⁹ Cfr. Z. Baumann, *Globalization. The human consequences*, Polity Press- Blackwell, Cambridge-Oxford 1998.

¹⁰ Cfr. R. FERNÁNDEZ DURÁN – M. ETXERRAZETA – M SÁEZ – LPR, *Globalización capitalista. Luchas y resistencias*, Virus Editorial Barcelona 2001.

¹¹ Cfr. N. Bobbio, *Democrazia*, in A.d'Orsi (a cura di), *Alla ricerca della politica. Voci per un dizionario*, Bollati Boringhieri, Torino 1995, pp. 5-17 (13-14). Também de Bobbio, *Il futuro della democrazia*, Einaudi, Torino 1978.

¹² Cfr. C. Crouch, *Postdemocrazia*, Laterza, Roma-Bari 2003; 1era ed. reduzida: *Coping with Post-democracy*, The Fabian Society, London 2003; depois *Post-democracy*, Polity, Malden (MA) 2004.

¹³ Cfr. G. D. Pagratis, *Piazza Syntagma, la nuova agorà: gli indignati in Grecia*, in «Historia Magistra», 11, 2013.

Data de envio: 02/02/2013

Data de aceite: 18/02/2013